

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização,  
Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do  
Sector Rodoviário e Ferroviário**

7.<sup>a</sup> Reunião  
(30 de maio de 2012)

---

**SUMÁRIO**

O Sr. Presidente (António Filipe) declarou aberta a reunião às 17 horas e 24 minutos.

Sobre a fixação do questionário, decidiu-se remeter para uma reunião da Mesa e dos coordenadores, após terem usado da palavra, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS) e Mendes Bota (PSD).

Foram apreciados, tendo sido aprovados, vários requerimentos, tendo-se pronunciado, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Mendes Bota (PSD), Manuel Seabra (PS), Pedro Filipe Soares (BE), Emídio Guerreiro (PSD), Fernando Serrasqueiro (PS), Hélder Amaral (CDS-PP) e Renato Sampaio (PS).

Procedeu-se ainda à análise da correspondência, após terem usado da palavra, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Mendes Bota (PSD), Rui Paulo Figueiredo (PS), Pedro Filipe Soares (BE), Bruno Dias (PCP), Altino Bessa (CDS-PP), Manuel Seabra (PS), Renato Sampaio (PS) e Fernando Serrasqueiro (PS).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 19 horas e 35 minutos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 17 horas e 24 minutos.*

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, gostaria de fazer uma observação prévia.

Fui informado de que houve momentos na audição de ontem que não foi possível registar ou porque os Srs. Deputados não ligaram o microfone ou porque falaram muito longe do dito.

Chamo portanto, à atenção para a necessidade de ligarem o microfone antes de começarem a intervir e falarem suficientemente perto do mesmo quer para que o que é dito seja audível por quem nos ouve quer para efeitos de registo posterior.

O Sr. Deputado Pedro Filipe Soares já pediu para usar da palavra. É sobre este aspeto? Não se esqueça de carregar no microfone.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, tenho feito o correto uso do dito e, por isso, acho que essa crítica não é ao Bloco de Esquerda.

Antes de entrarmos na ordem do dia, Sr. Presidente, queria perguntar-lhe se no ponto 3 —Análise da correspondência, iremos abordar a resposta do Governo ao requerimento que fizemos. Se assim for, queria inscrever-me para falar; se não for, ia pedir para introduzirmos esse tema também nesta reunião.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, era minha intenção, de facto, introduzir esse ponto. Nós deixámos este ponto 3 — Análise da

correspondência, em aberto, porque assim, como vai entrando correspondência, permitimos agendar qualquer questão que entretanto surja e que seja submetida à Mesa.

Srs. Deputados, sobre o primeiro ponto — Fixação do questionário, tivemos hoje uma reunião da Mesa e Coordenadores dos grupos parlamentares para «partir pedra» sobre este assunto. Partimos alguma, não partimos toda, ainda há alguns aspetos a acertar. Portanto, acordámos dar mais algum tempo para que os grupos parlamentares possam apresentar propostas relativamente a um texto que já foi proposto pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP. Foram registados alguns contributos do PCP, que ficaram de ser formalizados (creio que já terão sido), e foi dado tempo para que o PS e o BE, se entenderam, ainda possam fazer propostas.

Portanto, acordámos em discutir e aprovar o questionário indicativo — sublinho «indicativo» — não hoje, mas numa próxima reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, sem me comprometer com um prazo muito fixo, a nossa ideia é a de tentar remeter amanhã à Comissão e aos outros grupos parlamentares uma proposta na linha do que conversámos hoje de manhã, ou seja, tornar mais objetivos alguns dos quesitos. Hoje à tarde os nossos assessores já trabalharam um pouco nisso, penso que amanhã estaremos em condições de a remeter. Com esta catadupa de reuniões, não nos queria comprometer com amanhã, mas, se não for amanhã, na sexta-feira de manhã de certeza que remeteremos essa proposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, também nesta linha, penso que talvez possamos esquematizar.

Realçando que este questionário não é uma urgência imediata e absoluta, pois entrará em vigor mais para a segunda fase de audições, e não será obrigatório, como ficou sempre bem vincado, seria talvez positivo que os grupos parlamentares que queiram fazer sugestões de alteração ao texto subscrito pelo PSD e pelo CDS que está como documento de trabalho o fizessem até sexta-feira; depois, ser-nos-iam enviadas essas propostas de alteração de forma a que na terça-feira ou na quarta-feira pudéssemos ter uma reunião da Mesa para tentar encontrar um texto final.

O objetivo desta minha intervenção é fixarmos um limite máximo, por exemplo, até às 13 horas de sexta-feira, para que os grupos parlamentares do PS, do PCP e do Bloco de Esquerda, querendo, façam as suas propostas de alteração. Depois, sugiro que marquemos para quarta-feira de manhã, às 9 horas e 30 minutos, uma reunião da Mesa e coordenadores.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estou de acordo com tudo. Em relação à parte final, admito que sim. A minha questão é se não valeria a pena marcar mesmo uma reunião da Comissão para não prejudicar as audições. Mas podemos ir por aí. Ou seja, marcaremos uma reunião de Mesa e coordenadores, mas depois terá de haver um momento deliberativo em Comissão.

Portanto, sintetizando, até sexta-feira ao fim do dia seriam recebidas as propostas, seriam distribuídas e depois, em princípio, faremos uma reunião de Mesa e coordenadores na quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos.

Srs. Deputados, vamos, então, passar ao ponto 2 — Apreciação dos requerimentos.

Temos três requerimentos apresentados pelos grupos parlamentares para discussão. O primeiro dos quais foi apresentado... Desculpem, estou a ser informado de que temos quatro.

*Pausa.*

Srs. Deputados, temos quatro requerimentos para apreciar. Talvez que os devêssemos apreciar por ordem de entrada.

*Pausa.*

Srs. Deputados, a banda de música que estamos a ouvir não se destina a abrilhantar os trabalhos da nossa Comissão. Creio que será devida à visita dos Príncipes das Astúrias à Assembleia, que coincide com a nossa reunião, ou seja, é agora, às 18 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Srs. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, não temos conhecimento deste quarto requerimento. Pelo menos até há pouco, não estava disponível na pasta da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — É um relatório que deu entrada ontem e vou pedir para ser distribuído.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Não foi distribuído nem estava na pasta da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos apreciar, em primeiro lugar, o requerimento do PSD, apresentado no dia 24 de maio, que solicita que se questione o Sr. Procurador-Geral da República sobre duas questões.

Tem a palavra, para apresentar o requerimento, o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, consideramos que este requerimento se mantém atual, mesmo depois de termos recebido a informação do Sr. Procurador-Geral da República em documentação classificada. Portanto, mantemos esse requerimento.

Assim, gostaríamos de obter, da parte da Procuradoria-Geral da República, uma informação mais discriminada que nos pudesse abalizar e até confrontar com aquilo que foi a resposta dada à Sr. Presidente da Assembleia da República, que não nos permite, de facto, concluir que o nosso requerimento está ultrapassado.

O Sr. **Presidente**: — Uma vez que ninguém pede a palavra para intervir, vamos votar o requerimento apresentado pelo PSD, no sentido de que se questione o Sr. Procurador-Geral da República.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Portanto, o requerimento será enviado ao Sr. Procurador-Geral da República para que sejam obtidas as respostas nele solicitadas.

Estão a ser fotocopiados mais requerimentos do PSD...

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — No mesmo dia em que foi entregue o requerimento que acabámos de votar, o PSD deu entrada de um outro que, como comprovámos agora, não foi distribuído.

Esse outro requerimento, que solicita um relatório ao Tribunal de Contas, de facto, para nossa surpresa, não foi distribuído, não sei bem porquê, e é da mesma data, de 24 de maio.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, também não sei, mas vamos já resolver a situação e procurar recuperar retroativamente esse requerimento.

Apesar de ter dito, há pouco, que iríamos apreciar os requerimentos por ordem cronológica, não havendo objecção, passávamos a apreciação do requerimento apresentado pelo Partido Socialista no dia 28 de maio.

*Pausa.*

Para apresentar este requerimento, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Seabra.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, o Partido Socialista pretende, com este requerimento, que seja obtido, junto do Tribunal de Contas, o exemplar, que ateste a sua fidedignidade, da ata n.º 13/2012, que tivemos oportunidade de juntar à instrução dos trabalhos da Comissão de Inquérito.



Da mesma forma, queremos deixar bem vincada a nota de que o Partido Socialista não objeta a entrada de quaisquer requerimentos, muito menos a obtenção do máximo esclarecimento possível nestas matérias.

Por isso, apesar de não servir propriamente como declaração de voto ao requerimento que o PSD há pouco apresentou, gostaria de dizer que, quer quanto ao requerimento do PSD quer quanto a outros, o Partido Socialista disponibilizar-se-á sempre, votando favoravelmente a obtenção do maior número e da melhor informação possível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, gostaria de dizer que acompanhamos este requerimento do Partido Socialista.

Acompanhamos também a ideia em si de que todos os requerimentos devem ser aprovados e iremos trabalhar nesse sentido também, porque todos os grupos têm legitimidade para dirigir os seus esforços no sentido que acharem melhor. Por isso, o acesso a informação nunca deve ser negado, desde que os grupos parlamentares assim o peçam.

No entanto, até pegando nas palavras do Sr. Deputado Manuel Seabra, queria alertar para o facto de que ainda não está atestada a validade do documento que foi distribuído. Assim sendo, esse documento não deveria constar na página da Comissão naquele espaço referente aos documentos do Tribunal de Contas, porque, se ainda não está atestado ser um documento efetivo, real, do Tribunal de Contas, não deveria estar conotado da mesma forma no sítio eletrónico da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, o PSD também concorda com muito do que tem sido dito aqui, nomeadamente quanto ao que deve ser a livre iniciativa de cada partido a pedir informações que considera importantes para o desempenho do nosso trabalho e, por isso, também votaremos a favor de todos os requerimentos que solicitem informação seja a que entidade for.

Gostaria de dizer ainda que esta última nota dada pelo Sr. Deputado Pedro Filipe Soares faz todo o sentido. De facto, temos um documento que, como foi dito aqui, e bem, pelo Deputado Rui Paulo Figueiredo, apareceu na semana passada, não tendo sido possível localizar a fonte. E, uma vez que o documento tem, de facto, a chancela e o papel timbrado do Tribunal de Contas, faz todo o sentido o requerimento que o Partido Socialista apresentou logo nesse dia e que estamos a discutir hoje no sentido de verificar a veracidade desse mesmo documento.

Enquanto essa veracidade não for comprovada pelo Tribunal de Contas, de facto, não faz sentido algum que esse documento esteja disponibilizado, sobretudo no espaço destinado aos documentos oficiais enviados pelo Tribunal de Contas. Poderá estar noutra qualquer, talvez no famoso cacifo — se calhar, podíamos criar na página da Comissão «o cacifo mágico», onde ficariam outros documentos deste teor, até serem validados. Depois de serem validados e autenticados, acho que faz todo o sentido divulgá-los.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vou dar-vos uma informação que talvez ajude o nosso trabalho relativamente a este requerimento e ao requerimento do PSD, do dia 24, que ainda não tínhamos distribuído.

Foi enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia da República, e já nos foi remetido, o relatório de *Auditoria ao Modelo de Gestão, Financiamento e Regulação do Setor Rodoviário*, aprovado em plenário da 2.<sup>a</sup> Secção deste Tribunal realizado no dia 10 de maio de 2012.

Creio que era este o objeto do segundo requerimento do PSD, pelo que, nesse caso, está prejudicado, porque está satisfeito. Neste CD que acabámos de receber poder-se-á ver se consta a ata e, se não constar, creio que o requerimento volta a ganhar atualidade. No entanto, penso que poderemos conferir isso primeiro, ou seja, antes de votar.

Portanto, podemos considerar que o requerimento do PSD está satisfeito com a entrega deste relatório. Quanto ao do PS, poderíamos sustentar a sua apreciação até ao visionamento deste CD.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Absolutamente de acordo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Sr. Presidente, já dissemos qual é a nossa posição relativamente aos requerimentos, mas queria lembrar todos os documentos que foram requeridos no início destes trabalhos e que podem vir a ser utilizados ou que tenhamos necessariamente de utilizar nas audições que serão feitas a cada momento.

Digo isto para que não nos acusem, novamente, de termos documentos confidenciais, que o Governo já devia ter fornecido e que ainda não forneceu. Gostaria que essa matéria ficasse esclarecida de vez, porque, se esses documentos estão na lista dos nossos pedidos, já deveriam cá estar para podermos apoiar os trabalhos que estamos a desenvolver com os documentos que são necessários e que estão diretamente ligados às pessoas que vamos ouvir.

Creio que se criou aqui a ideia de que há duas fases, ou seja, de que estamos agora estamos a treinar para depois, lá mais para a frente, iniciar o jogo. Bom, não é esse o nosso entendimento.

Nesse sentido, pedia que os documentos fossem disponibilizados a todos os elementos da Comissão e que o Governo os facultasse.

O Sr. **Presidente**: — Diria que estamos a ser submetidos a sessões de treino particularmente violentas, o que promete um bom campeonato.

*Risos.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, não precisamos de aquecimento, mas é preciso também não esquecer as regras do jogo que nós próprios determinámos.

As regras do jogo foram simples. Primeiro, questionámos o Governo para saber que parcerias público-privadas (PPP) estavam em negociação. E, enquanto não soubemos que parcerias estavam sujeitas a negociação, até para definir o nosso próprio calendário, não foi dado seguimento a todo um conjunto de propostas de documentação e de informação que os diferentes

grupos parlamentares apresentaram — tanto quanto sei. Portanto, essa será a fase seguinte.

Nós já temos, neste momento, uma resposta do Governo, mas ainda não foi determinado nem pela Mesa nem pela Comissão como vamos fazer. Mandamos todos os pedidos que deram entrada na Mesa? Ou, tal como na altura se chegou a falar — e o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo deve estar recordado —, tentamos combinar os documentos, porque muitos deles pedem os mesmos elementos, e fazemos um único que não exclua rigorosamente nada do que foi pedido por todos nós? Ou seja, em vez de mandarmos cinco documentos para o Governo, mandaríamos um único com as propostas dos diversos partidos.

Como isso ainda não foi feito, não podemos estar aqui a verberar o Governo por não ter respondido a algo que não lhe foi perguntado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, queria apenas precisar duas ideias sobre esta intervenção do Deputado Mendes Bota.

Confesso que achámos, talvez erradamente — nenhum de nós tinha conversado com o Deputado Renato Sampaio que faz parte da Mesa —, que a Mesa estava a fazer ou até já tinha feito esse trabalho.

Voltamos a sugerir duas coisas. Primeiro, sugerimos que essa síntese seja feita quando identificarmos alguma duplicação. Depois, sugerimos um aspeto metodológico, no sentido de não prejudicar os trabalhos desta Comissão. Ou seja, para que o Governo não possa dizer que está a ser inundado com pedidos de documentação, visto que tem só 10 dias para responder (é o prazo que está previsto), poderíamos eventualmente pedir os

documentos essenciais ou importantes para a primeira fase e, depois, estabelecendo o calendário de audições das diferentes PPP, poderíamos — tal como sugeri da outra vez — dizer ao Governo «Nos próximos 10 dias era interessante que nos mandasse os documentos relativos à PPP *a, b, c, d* e *e*» e, depois, daríamos mais 5 ou 10 dias para que enviasse os relativos às outras. Esta é a sugestão em termos de operacionalidade.

Contudo, não tínhamos percebido e acho que não faz sentido que a Mesa — e confiamos plenamente quer no Sr. Presidente quer nos dois Vice-Presidentes — não proceda à síntese de todas as propostas e que estas não sejam enviadas o mais depressa possível para o Governo. Não faz sentido estarmos à espera da documentação que a todo o tempo é útil e importante para os nossos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria apenas saber se vamos discutir o requerimento agora.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado está a referir-se a que requerimento? Ao do CDS?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Não, mas também o podemos agrupar na discussão, porque, de facto, o requerimento do CDS também se refere a relatórios e auditorias do Tribunal de Contas. Pode ser útil. Aliás, o Sr. Deputado, tendo em conta a chegada deste relatório, poderá fazer uma eventual atualização do requerimento.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostava de fazer já o meu «aquecimento». Já vi que não vai haver jogos amigáveis, mas estava a ver se todos poupávamos tempo nas nossas reuniões, fazendo poucas intervenções e dizendo tudo de uma vez só.

Quando fiz este requerimento, tive o cuidado de averiguar se estes pedidos tinham sido feitos anteriormente na vasta lista que cada um dos grupos parlamentares fez, e não estavam. E utilizamos a boa vontade que todos os grupos parlamentares demonstraram no sentido de que sempre que necessário se poderem aditar requerimentos para pedir mais informação, mais documentação e genericamente serem sempre aprovados.

O que é que nos levou a fazer este requerimento? É evidente que uma pequeníssima parte deste requerimento pode estar nesse CD, que refere a ata do relatório que agora o Tribunal de Contas nos enviou. No entanto, nós facilitamos o trabalho, ou seja, pedimos todos os relatórios e auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas sobre as PPP, todas as atas — porque, se vierem relatórios, não é obrigatório que venham também as atas — e todas as declarações de voto que podem estar ou não no relatório e podem estar ou não nas atas, até porque o Tribunal de Contas tem três secções que normalmente não comunicam entre si: há a secção do visto prévio, há a secção que faz relatórios... E nós queremos tudo. Para quê? Precisamente para que não sejamos confrontados com uma segunda parte de documentação, como já aconteceu aqui... Por exemplo, o Deputado Fernando Serrasqueiro diz que estamos a utilizar documentação que já existe. Ora, se o Governo não mandou, se o Governo não divulgou, significa que os Grupos Parlamentares do Partido Comunista Português, do Bloco de Esquerda, do meu partido e, quero crer, do Partido Social Democrata não têm acesso a essa documentação e que é documentação

que, porventura, membros do anterior Governo trouxeram ou têm acesso. Portanto, se o Governo não nos a enviou, para nós continua a ser confidencial. Mas eu aceito como bom que a possa utilizar.

Acho que essa documentação, quer seja do anterior Governo, que ainda não temos, o que é perfeitamente legítimo, quer seja a que chega «via cacifo», deve ser posta no *site* da nossa Comissão como documentação extra — não lhe chamarei «extra terrestre», mas pelo menos «extra» — e à medida que vai sendo confirmada passa para a documentação oficial. Ou seja, teremos de ter aqui um departamento de cacifo, até poderemos chamar «documentação de cacifo», onde está a documentação, porventura, secreta, que nos chega por via não tão oficiosa, etc., e depois vamos confirmando, até, como já vi, com requerimentos feitos *a posteriori* para garantir e confirmar documentação que já temos.

Com este requerimento tentamos facilitar o trabalho. Para mim, obviamente, se a documentação vier do Tribunal de Contas sinto-me mais confortável, mas se alguém tiver documentação dessa que queira entregar já facilita os trabalhos. Portanto, nós pedimos tudo. Sei que o Tribunal de Contas, quando envia relatórios, normalmente não envia as atas nem tão-pouco os documentos de estudo ou de trabalho. Nesse sentido, queremos tudo, precisamente para não sermos mais surpreendidos com o que seja.

Queremos saber exatamente que relatórios existem, o que cada um dos juízes disse, o que cada um dos juízes votou, que reserva teve. O nosso requerimento vai muito longe e é muito mais abrangente do que qualquer outro aqui apresentado. Inclusivamente, se for votado, pode estar preenchido numa pequena parte, mas julgo que quanto a tudo o resto não. E a matéria que solicitamos não consta de nenhum pedido feito por outro grupo parlamentar. Portanto, é novo.



O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Sampaio.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, a propósito do problema da documentação que possa aparecer ou não, queria dizer o seguinte: eu acho que os grupos parlamentares e os Deputados individualmente — e sublinho «individualmente» — podem e devem preparar as audições que aqui são feitas. Eu próprio prepararei aquelas que entender que tenho de fazer. Por isso, farei o trabalho de casa e virei aqui munido da documentação que conseguir recolher sobre a matéria que irá estar em discussão naquele dia para a poder utilizar.

Penso que, independentemente de qualquer documentação oficial que venha do Governo ou de outra entidade, pode sempre surgir, e surgirá com certeza, documentação *a posteriori*, que será, ou não, validada pela Comissão. Todo o argumentário da minha inquirição poder-se-á basear em factos ou em documentos que eu próprio possa recolher, e ninguém pode impedir que assim seja.

Lembro-me bem que na Comissão de Inquérito do BPN o Deputado Nuno Melo, sistematicamente, trazia documentação — devia ter também um cacifo muito grande no seu gabinete — que também ninguém tinha.

Desse ponto de vista, acho que cada um de nós, para ser rigoroso, deve preparar-se bem. Nós, no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, temos tido a preocupação de nos prepararmos bem para as audições que vamos fazer e procuramos essa documentação.

Todos temos acesso, julgo eu, como Deputados, a contactos com determinadas pessoas e personalidades que estiveram envolvidas em todos estes processos das PPP. Provavelmente, haverá alguns que vão sonogando a informação a outros, porque não lhes interessa dar essa documentação.

Sr. Presidente, quero que fique claro que, independentemente da documentação oficial do Governo, traremos à Comissão toda a documentação que eu e o meu grupo parlamentar possamos recolher e que possa servir de base à discussão e ao esclarecimento da verdade.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Posso fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Renato Sampaio?

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares não se importa, vamos deixar o Sr. Deputado Hélder Amaral fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Renato Sampaio.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito obrigado.

Concordando com tudo, queria apenas perguntar se, quando entenderem — e se entenderem, porque é um direito que vos assiste — distribuir a documentação, podemos seguir a recomendação do Sr. Deputado Pedro Filipe Soares no sentido de que essa documentação, na nossa Comissão, tem de estar num departamento diferente e não como está, por exemplo, uma ata que diz «ata do Tribunal de Contas», mas não sabemos se é. Como é que arrumamos essa documentação?

Concordo absolutamente que cada um utilize os documentos que quiser, pode até decidir divulgá-los ou não, porque são documentações provenientes... Nem quero saber a proveniência. No entanto, não podemos classificá-los como sendo «ata do Tribunal de Contas», porque, na prática, à data da discussão, não é.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Por isso é que eu digo: até lá nós temos de aguardar. É só isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já fez a pergunta. Não sei se exige resposta.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Sr. Deputado, percebo o que está a dizer. É verdade que toda a documentação carece de confirmação da sua validade, e eu próprio, obviamente, se aqui trouxer algum documento, procurarei, antecipadamente ou *a posteriori*, confirmar se essa documentação é verdadeira ou não.

Há uma coisa que eu e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não vamos fazer, que é vir aqui mandar bitaites para o ar, no «suponhamos», como já se verificou nas audições quanto aos números referidos, em que os próprios inquiridos mandaram palpites sem conhecimento rigoroso do que estavam a dizer. E o que acontece é que, depois, todos nos habituamos, quando nos convém, a tomar como verdadeiras algumas afirmações que aqui são feitas na base de bitaites. Eu não estou disponível para isso.

Portanto, nas duas intervenções que aqui tivemos, verificámos que os inquiridos vinham muitíssimo mal preparados para poderem responder e até fizeram afirmações que não correspondem rigorosamente à verdade. Mas cada um assume as suas responsabilidades.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem dificuldade em aceitar como habitual que um Ministro, quando sai do seu ministério, possa, por exemplo, tirar 60 000 cópias de documentos, alguns confidenciais, ou que um Secretário de Estado também possa fazer coisas idênticas, e depois se possa utilizar isso conforme se entende. Não achamos isso normal nem aceitamos que essa seja uma regra que pela prática se institui no que são instituições democráticas.

Isto não quer dizer, obviamente, que qualquer grupo parlamentar não possa entregar e fazer as suas intervenções com base nos documentos que quiser. Mas documentos oficiais são aqueles que recebemos das entidades oficiais. Todos os outros não são oficiais e podem ser inclusive montagens de computador até que a sua veracidade seja alcançada.

Dito isto, aguardo para saber, sempre com curiosidade, o que cada audição nos pode trazer.

No entanto, também não me parece correta a resposta do Governo ao que foi um pedido de esclarecimento desta Comissão. Quando a Comissão pergunta ao Governo quais são as parcerias público-privadas que estão em renegociação e o Governo nos diz que das 25 estão 13, mais de metade, e das 13, eventualmente, antes do final dos trabalhos da Comissão, este processo de revisão vai chegar a uma conclusão, isso, para nós, não é aceitável.

O que foi pedido e o que tínhamos dito que queríamos saber do Governo era uma data em concreto. Obviamente, podia ser uma data limite. O que o Governo não nos pode dizer é que até ao final dos trabalhos da

Comissão irá entregar essa documentação ou libertar as parcerias público-privadas para serem avaliadas, porque, no limite, pode ser até um dia antes de acabar o nosso mandato enquanto Comissão. Isso, para nós, não é aceitável. É que eu leio o que o Governo diz, e o Governo diz que pretende concluir a revisão dos contratos mencionados dentro do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Perdoem-me, mas isto não é resposta. É necessária maior clarificação do que esta data por parte do Governo, porque, de outra forma, metade do âmbito dos nossos trabalhos fica em causa e isso tem de ser clarificado.

Da nossa parte, faço já aqui a sugestão de a Mesa perguntar ao Governo datas em concreto para cada um destes períodos de renegociação, porque, de outra forma, vamos ter um problema concreto que temos de contornar nos nossos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos de concluir alguma coisa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Sr. Presidente, a questão dos documentos é um assunto que merecerá uma reflexão, aqui ou noutra altura.

Da nossa parte, traremos os documentos que entendermos convenientes e carregaremos para a Comissão esses documentos. Se a Comissão entender discutir a sua autenticidade, está no direito de o fazer e de pedir às diferentes entidades para os reconhecer como tal.

Contudo, não podemos entender, como foi o último caso, que venham aqui dizer que os documentos são confidenciais. O documento que aqui apresentámos não está classificado como confidencial nem é

reservado. Quem for ao *Google* e fizer uma busca, pode ver que no dia 13 de outubro o documento está no *Diário de Notícias*, as 10 conclusões que estão no documento estão lá totalmente transcritas, são duas páginas inteiras relativamente àquela matéria.

Se, porventura, não se tem o cuidado de ir indagar um conjunto de informações a todos os níveis, designadamente, como várias vezes são aqui assinaladas, informações dos diferentes órgãos de comunicação social que escrevem sobre determinada matéria ou até peças televisivas, onde já estive, de algumas comissões de inquérito relativamente a determinadas declarações... Portanto, entendemos que não pode ser inibidor de qualquer grupo parlamentar a inexistência de documentos se o seu reconhecimento está a ser solicitado e, porventura, não há resposta pronta.

Da nossa parte, entendemos que o Governo tem de fornecer, nos prazos adequados, toda a documentação e por isso, como hoje aqui dissemos, aprovaremos todos os requerimentos que fizerem pedidos às diferentes entidades para que possamos ter toda a informação. Isso não inibe qualquer grupo parlamentar de trazer documentos que, entretanto, obteve de diferentes meios e que entregará à Comissão, que fará deles o que muito bem entender.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, de facto, temos de progredir, designadamente em relação àquilo que nos une, que é o máximo denominador comum. É urgente que saia desta Comissão um pedido às diferentes entidades, sejam elas privadas, sejam elas o Governo, sejam elas o Tribunal de Contas, que inclua todos os pedidos de documentação que os grupos parlamentares pretendem e elencaram nas suas listagens.

Essa é uma decisão que tem de ser tomada já. Compete ao Governo informar-nos se pode corresponder a tudo o que lhe é pedido, ou não, e se tem algum problema de calendário nessa disponibilidade, assim como também compete ao Tribunal de Contas e às entidades privadas. Contudo, deve competir aos serviços da Comissão pegar em todas as propostas, retirar as duplicações, porque não faz sentido mandarmos quatro vezes o pedido do mesmo documento, e essa fórmula seguir imediatamente para as entidades.

Penso que este é o máximo denominador comum: queremos pedir informação e queremos a informação o mais rapidamente possível.

A segunda questão tem a ver com o próprio calendário, que poderá ou não ser esquematizado desde já sobre aquilo que está disponível. E, ao contrário do que diz o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, o Governo diz que existem neste momento 20 concessões que estão em renegociação. Estão disponíveis duas concessões...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Diz que estão 13 em renegociação.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — A nossa leitura não vai nesse sentido.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — São 25.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Exatamente. As três ferroviárias não estão em renegociação, e não estão em renegociação as concessões Oeste e Brisa, que são duas concessões de portagem real.

Essa é a nossa interpretação deste documento, mas podemos discutirlo. Queremos avançar?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos ver se nos entendemos na discussão, porque começámos por discutir requerimentos e já demos duas voltas ao mundo.

Ora bem, temos aqui longas listagens de documentos solicitados, mas lembro que, tal como vimos em anterior reunião, há dois documentos que previamente deveríamos analisar: um é a resposta do Governo, para a qual foi pedida muita urgência e está agendada na ordem de trabalhos para analisar; e o outro é a resposta do Procurador-Geral da República à pergunta que nos termos legais é feita pela Presidente da Assembleia, à qual também já temos resposta.

Logo que tenhamos resolvido esses dois documentos, faremos todas as solicitações que forem elencadas pelos grupos parlamentares. Não há dúvida nenhuma sobre isso. Só não o fizemos antes, porque queríamos ter a resposta do Governo e apreciá-la e a resposta do Procurador-Geral da República e apreciá-la. Portanto, a partir de hoje, estamos em totais condições para pedir tudo e mais alguma coisa.

O Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo pediu a palavra?

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo (PS)**: — Sim, Sr. Presidente, mas para falar sobre a questão da correspondência. Se entender, pedirei...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, esse é o ponto seguinte.

Vamos resolver o plano dos requerimentos e, depois, apreciar toda a correspondência.



O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, se me permite, com todo o respeito, devia ter dito isso há três intervenções. Mas está sempre a tempo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, acho que disse logo de início. Aliás, a ordem de trabalhos diz: «2. Apresentação dos requerimentos; 3. Análise da correspondência». Ainda estamos no ponto 2.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Mas não podia trocar a ordem?

O Sr. **Presidente**: — Podia, mas agora já estamos a meio do ponto 2.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Espero que não. Espero que estejamos no fim do ponto 2.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa para podermos votar os requerimentos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, em relação ao requerimento do Partido Socialista, sustemos a sua apreciação.

Ainda temos para votar dois requerimentos.

Quanto ao requerimento do CDS, podemos aprová-lo, mas temos de fazer, depois, alguns ajustamentos na redação, desde logo por dois aspetos que me ressaltam à vista: porque uma parte está satisfeita, que é o envio do relatório da auditoria sobre as PPP rodoviárias; e porque se refere a todos os relatórios e auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas sobre PPP, sendo que nem todas as PPP fazem parte do objeto da Comissão e, se esse

reparo não for feito, às tantas, enviam-nos para aqui coisas de hospitais que não nos dizem respeito.

Sr. Deputado Hélder Amaral, não sei se quer fazer a apresentação do requerimento ou se considera que já foi feita. Em todo o caso, está distribuído. Podemos votá-lo e, depois, na comunicação que for feita ao Tribunal de Contas, ajustar esta formulação, para precisar...

*Aparte inaudível na gravação.*

Exatamente, mas temos de o enunciar, porque o Tribunal de Contas não é obrigado a saber, embora saiba.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, considero que fez uma leitura corretíssima e acho que é isso que tem de ser feito.

Gostaria apenas de lembrar, porque não percebi bem, que há um requerimento do PSD ao Sr. Procurador e penso que o PSD terá reiterado que ainda assim quer...

O Sr. **Presidente**: — Esse já está aprovado.

Srs. Deputados, vamos, então, votar o requerimento do CDS-PP, com os reparos que foram feitos.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Depois veremos a formulação a dar.

Falta-nos ainda um requerimento do PSD, que deu entrada hoje, dia 30 de maio, sobre o relatório do Grupo de Trabalho para a Reavaliação das Parcerias Público-Privadas e Concessões.

Pergunto se pretendem apresentar este requerimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, ele fala por si. Não vale a pena perdermos tempo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, este requerimento, se bem entendo, é para solicitar ao Prof. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, na qualidade de Presidente do Grupo de Trabalho para a Reavaliação das Parcerias Público-Privadas e Concessões, o envio a esta Comissão de Inquérito do relatório e eventuais demais trabalhos produzidos por esse grupo de trabalho no âmbito do mandato que lhe foi conferido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, como já enunciámos, votaremos favoravelmente todos os requerimentos, mas não sei se este não deveria ser objeto de ponderação por parte do PSD, porque acho que o PSD já tem este relatório.

Mas nós votamos a favor de todos os requerimentos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, com a sua permissão, não vale a pena, de facto, prolongar demasiado.

O Partido Socialista, pelos vistos, não leu a primeira parte deste requerimento. Nós entendemos que deverá ser disponibilizada a todos os grupos parlamentares toda a documentação e informação necessária a uma correta avaliação das matérias objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para não criar situações de desigualdade na disponibilidade de meios necessários para o debate político, e que a obtenção desses meios deve privilegiar os canais formais e oficiais, por via de V. Ex.<sup>a</sup>.

Estamos em 2012, numa Comissão Parlamentar de Inquérito criada em 2012, que tem um mandato que foi definido em 2012. E, embora se possa argumentar que houve, na anterior Legislatura, uma distribuição classificada e reservada a algumas pessoas, entendemos que há, provavelmente, partidos políticos representados nesta Comissão que não tiveram acesso a esse relatório. Entendemos que, por uma questão geral, por uma questão de metodologia, deve ser privilegiada a via oficial, através do Presidente, através da Mesa desta Comissão, na obtenção dos documentos, para que todos os partidos estejam em igualdade de circunstâncias nos debates políticos que se referem a essas matérias.

Foi só por isso que fizemos este requerimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, queria dizer, de um modo muito sucinto, que lemos bem o requerimento, registamos que o PSD confirma ou, pelo menos, não desconfirma que tem o relatório a que fizemos referência ontem e votaremos a favor, embora achemos que a entidade oficial a quem se deveria dirigir é o Governo da República e não um grupo de trabalho que já se extinguiu.

De todo o modo, se o PSD prefere pedir ao Dr. Guilherme d'Oliveira Martins e não ao Governo, damos o acordo a tudo. É preciso é que seja esclarecido.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, em que é que ficamos?

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Mantém-se o requerimento.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, vamos votar o requerimento de 30 de maio, no sentido de pedir ao Prof. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, na qualidade de Presidente do Grupo de Trabalho para a Reavaliação das Parcerias Público-Privadas e Concessões, o envio, a esta Comissão de Inquérito, do relatório e eventuais trabalhos produzidos por esse Grupo no âmbito do mandato que lhe foi conferido.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Será solicitado este relatório, conforme deliberado.

Srs. Deputados, agora, sim, vamos passar ao ponto 3 da ordem de trabalhos, que tem que ver com a análise da correspondência.

Começando pelo mais fácil, vai ser disponibilizada documentação que nos foi enviada por uma associação chamada «Associação Artigo 37.º CRP», que nos envia documentos para consideração, assinada pela ex-Deputada Ana Benavente e João Camargo. Será acusada a receção desta documentação e disponibilizada nos meios habituais aos membros da Comissão. Trata-se de um ofício e de um CD.

Temos ainda dois documentos, estes com importância para os nossos trabalhos, o primeiro dos quais foi enviado pelo gabinete do Procurador-

Geral da República e trata-se do cumprimento de um dever legal. A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia da República questionou, nos termos da lei, o Sr. Procurador-Geral da República sobre se alguma matéria objeto da Comissão de Inquérito estaria sob algum processo crime e a informação foi a de que relativamente ao setor rodoviário se encontra em curso no DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal) inquérito por factos ligados à contratualização, renegociação e gestão de parceria público-privada da SCUT Autoestradas XXI, para investigação dos crimes de participação económica em negócio, administração danosa, corrupção e tráfico de influências, e que relativamente ao setor ferroviário não se encontra em curso qualquer processo criminal.

Ora bem, nos termos da lei, a Comissão considerará esta comunicação e decidirá o que fazer: se prossegue o inquérito ou se coloca alguma limitação ao prosseguimento do inquérito em função disto. A Comissão é livre de decidir.

Peço aos Srs. Deputados que se pronunciem sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, é apenas para referir que a posição do PSD é no sentido de que os trabalhos desta Comissão de Inquérito devem prosseguir tal qual estão delineados na resolução da sua criação que definiu o objeto da Comissão.

Portanto, nesse sentido, entendemos que a Comissão deve solicitar ao Plenário da Assembleia da República a devida autorização e que, neste caso concreto, mesmo havendo em curso estes inquéritos que foram denunciados pelo Sr. Procurador-Geral da República, isso não deve perturbar o curso dos trabalhos da nossa Comissão de Inquérito.

Esta é a posição do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, temos exatamente a mesma posição e, eventualmente, se nalguma das audições depois existir necessidade de invocar dever de sigilo, poderemos sempre recorrer, especificamente, a audições à porta fechada. Depois verificaremos caso a caso, mas em genérico temos a mesma posição, ou seja, deveremos prosseguir os nossos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, creio que, nos termos da lei, não precisamos de ser mandatados pelo Plenário e que a Comissão tem poderes suficientes para decidir sobre o andamento do inquérito.

Assim, interpretando as posições assumidas pelos grupos parlamentares, temos de ter em consideração que existe esta informação, designadamente no decurso dos nossos trabalhos, porque, eventualmente, pode dar-se o caso, numa audição, de alguém poder invocar o segredo de justiça ou o estatuto de arguido e, depois, obviamente, teríamos de considerar isso. Mas isso será feito na altura certa, se a questão for suscitada.

Portanto, tomámos conhecimento deste ofício.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, permita-me só uma pergunta de dúvida processual.

Numa situação dessas, a Comissão também tem poder para, reunindo à porta fechada e aceitando as sugestões que foram dadas, indicar a quem

esteja no estatuto de arguido que fica liberto das obrigações e do sigilo para poder prestar declarações?

Estou a colocar-lhe esta pergunta dado que tem mais experiência nestas matérias.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a questão não é assim tão simples. No entanto, não vale a pena complicarmos questões que não se colocaram, porque, inclusivamente, o estatuto do arguido pode ser invocado para não depor. A questão é mais complexa, mas, como ainda não está em cima da mesa, creio que devemos resolver os problemas à medida que nos sejam colocados. Haverá várias possibilidades, conforme as situações, mas não vale a pena estar a antecipar problemas que, por enquanto, não existem. Não faço a mínima ideia se nas entidades que estão arroladas para ouvir há algum arguido. Não faço a mínima ideia.

Portanto, depois veremos, porque depende dos problemas que nos sejam suscitados. Se não for suscitado problema nenhum, não há problema nenhum.

Srs. Deputados, agora, temos a resposta que o Governo nos enviou sobre a questão de saber que PPP estavam em renegociação e respetivos prazos, para podermos decidir relativamente ao andamento dos nossos trabalhos. Esta resposta do Governo é do conhecimento de todos os grupos parlamentares e, portanto, pedia aos Srs. Deputados que se pronunciassem, querendo, sobre esta resposta.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, fiz uma sugestão há pouco. Posso repeti-la?



O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado, talvez seja útil repetir a sua sugestão.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sobre esta matéria, devo dizer que a minha interpretação da resposta do Governo é que, das 25 PPP, 13 estão em renegociação e, por isso, seguindo aquilo que era o acordo que tínhamos, quanto a essas 13, não iríamos fazer nenhuma inquirição para já, até ao Governo concluir a renegociação.

A interpretação do PSD é ainda mais restritiva do que a minha. Dizia, há pouco, o Sr. Deputado Mendes Bota que, das 25 PPP, 20 estão em renegociação.

Devo dizer que qualquer uma das duas interpretações não é nada abonatória para os trabalhos desta Comissão. É que o Governo diz-nos — posso repetir o que referi há pouco — que pretende renegociar e chegar ao fim das renegociações até ao fim do prazo de funcionamento desta Comissão. Mas essa não é a resposta que tínhamos pedido. Pedimos uma data, um prazo, e em segundo lugar não é uma resposta que nos dê segurança nenhuma, porque, no limite, poderá chegar ao fim de todas as renegociações a dias de terminarmos o mandato desta Comissão.

Por isso, a sugestão que deixo em cima da mesa é que seja instado o Governo a especificar as datas em concreto que pretende cumprir, porque, de outra forma, poderemos ter aqui um grave condicionamento dos trabalhos desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, forçar o Governo a ter de indicar datas precisas para o fim da renegociação é, além do mais, algo

difícilmente previsível, porque uma negociação não é uma coisa que tenha de se fazer dentro deste ou daquele prazo. Quer dizer, isso dá uma vantagem ao outro lado, que pode ir procurando adiar uma decisão e o concluir das negociações, visto que o Governo estaria pressionado por um prazo que lhe foi determinado pela Assembleia da República. Penso que isso dá vantagem a um lado que não é propriamente a defesa do interesse público.

Em todo o caso, entendemos que é necessário e importante começar por algum lado, e tivemos sempre uma opção: fazemos primeiro as ferroviárias ou fazemos primeiro as rodoviárias? As três concessões ferroviárias não estão, neste momento, em negociação. Por que não começar, desde logo, com as ferroviárias e, dentro das ferroviárias, fazê-lo por ordem cronológica, começando pela mais antiga e depois as outras duas? É um princípio de trabalho. Se não quisermos esperar por uma definição total do Governo, já temos duas PPP rodoviárias para começar a trabalhar.

Portanto, penso que forçar o Governo a ter de dar um calendário preciso é dar vantagem a um lado que não é propriamente o da defesa do interesse público.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Isso é chantagem e nós não aceitamos.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Tudo bem, mas não é chantagem. Estamos a querer trabalhar, Sr. Deputado, e estou a fazer uma proposta concreta para começarmos, desde logo, com as PPP ferroviárias e, se o entendermos e a Comissão assim o deliberar, começarmos também, desde

já, com aquelas duas rodoviárias que estão, neste momento, sem qualquer renegociação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, se nós, há pouco, considerámos que poderíamos prosseguir os nossos trabalhos quando estávamos a decidir se parávamos ou não por matérias judiciais, não vejo por que é que não devemos prosseguir os nossos trabalhos em matérias apenas e só governamentais.

Concordamos que obtivemos uma não resposta, ou seja, parece que está tudo em eventual intenção de renegociação e, depois, não temos qualquer data. Não acho, sinceramente, que os nossos trabalhos vão prejudicar essa negociação, porque — e nós próprios, no início, até demos alguma latitude a esse entendimento — os membros do Governo têm colocado a negociação a público.

Ou seja, já tivemos declarações do Sr. Primeiro-Ministro, do Sr. Ministro da Economia e até do Secretário de Estado que têm a tutela de todas as parcerias público-privadas, e percebe-se que é ele que está a negociar e já disse quais foram os valores que colocou em cima da mesa. Inclusivamente, não percebo por que é que à imprensa se fazem algumas declarações apontando a data de final de maio para renegociar e, depois, a resposta formal que é dada à Comissão de Inquérito vem sem data. À imprensa falou-se de valores, de datas, de prazos.

É uma estratégia negocial como qualquer outra. Nem sequer estou a valorar a estratégia negocial, até pode ser que seja recomendação da troica no sentido de que é preciso «envergonhar» alguns concessionários.

Contudo, se o Governo coloca a público os termos em que está a tentar renegociar, coloca a público os prazos e até coloca a público os valores, então, acho que o prosseguimento normal dos trabalhos da nossa Comissão não vai prejudicar mais do que aquilo que os membros do Governo já colocaram na imprensa e para toda a gente.

Por isso, a nossa posição é a de que devemos continuar os nossos trabalhos. Se, tal como entendemos há pouco para a questão suscitada pelo Sr. Procurador, especificamente, nalguma negociação em concreto, o Governo vier dizer que precisa de alguma «contenção» ou reserva dos trabalhos da nossa Comissão, nós, Partido Socialista, como temos um sentido institucional, em concreto poderemos avaliar dessa reserva e desse reescalonamento. Agora, colocar tudo em negociação e esta Comissão paralisar 50% dos seus trabalhos, mas, ao mesmo tempo, o Governo estar a negociar e a pôr todos os termos da negociação na praça pública, acho que não faz sentido nenhum.

Portanto, a nossa opinião é a de que devemos prosseguir com os nossos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

A propósito de uma outra questão que tinha a ver com a resposta da Procuradoria-Geral da República, o Sr. Presidente disse que teremos de resolver e responder aos problemas à medida que eles nos forem sendo colocados, e eu admito que também neste caso este seja o princípio mais sensato.

Devemos ter a nossa leitura política sobre aquilo que poderia qualificar como alguma incoerência da parte de quem num dia adianta

muito ou quase tudo sobre o ponto de situação de um processo de renegociação e noutra altura, pouco depois, vem dizer à Assembleia da República qualquer coisa como, trocado por miúdos, «estamos a renegociar isto tudo, vamos tentar fazer com que isto se conclua antes de acabarem o vosso mandato, quando acabarmos dir-vos-emos alguma coisa». É o essencial do que está no ofício do Governo: há um conjunto de concessões e contratos que estão em renegociação; o Governo pretende que, dentro do prazo de funcionamento desta Comissão de Inquérito, se conclua a revisão dos contratos; e, último ponto, o Governo pretende informar prontamente a Comissão sobre a conclusão de cada processo, ou seja «quando acabarmos, dir-vos-emos».

Naturalmente que cada um de nós pode e deve ter uma leitura política, e nós fazemos uma leitura muito crítica e negativa sobre esta situação um pouco incoerente, em que quem dizia que isto estava quase como «favas contadas», noutra altura já diz que parece muito mais complexo do que parecia há algum tempo.

Agora, outra coisa diferente é, como dizia agora o Deputado Rui Paulo Figueiredo, fazermos com que isto não venha a obstar ao devido andamento dos trabalhos da Comissão, de onde resulta a pergunta: como é que vamos organizar os trabalhos da Comissão?

Assim, no mínimo dos mínimos, fazermos com que se possa começar pela parte mais segura do ponto de vista da análise, da avaliação e do estudo, que são justamente os contratos que não estão em revisão e em renegociação, não nos levanta objeção nenhuma, como é evidente.

Se a metodologia, como os Srs. Deputados propõem e como ouvimos o Sr. Deputado Mendes Bota defender há pouco, é a de que se comece, em termos sequenciais, pelos contratos das PPP ferroviárias e, depois, das

rodoviárias que não estejam em renegociação ou em revisão, nós não temos objeção.

Contudo, como dizia há pouco o Sr. Presidente em relação a outro assunto, provavelmente teremos de resolver os problemas à medida que nos forem aparecendo. Ou seja, e se, quando chegarmos ao final desse trabalho e formos passar a outro, a coisa ainda estiver na tal nebulosa? Bom, então aí, corremos o risco de ter uma Comissão de Inquérito a avaliar uma história que está longe de acabar e isso de certeza que ninguém quer — de certeza que ninguém quer!

Até lá, vamos trabalhar com afinco naquilo que é possível analisar, mas fica eu não diria preocupação, mas o voto de que, efetivamente, não cheguemos às vésperas do termo do mandato da Comissão de Inquérito à espera que da parte do Governo nos digam qualquer coisinha quanto à forma como está a correr o processo de revisão. Esperemos bem que não seja isso que venha a acontecer.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo (PS)**: — Sr. Presidente, não queremos alongar esta discussão, mas não concordamos com a metodologia agora proposta, sem que, pelo menos — é a sugestão que faço —, esta Comissão desenvolva os esforços enunciados pelo Deputado Pedro Filipe Soares. Ou seja, face a esta não resposta do Governo, face ao que é público e que o Governo coloca para toda a gente saber sobre as negociações em curso, acho que, no mínimo, esta Comissão deveria responder à resposta do

Governo (passo o pleonasma) no sentido de que clarifique melhor o que enunciou.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ou seja?

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Ou seja, no mínimo, eu gostava que os membros do Governo nos dissessem o que dizem à imprensa, ou seja, que nos respondessem por escrito se é até final de maio ou não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o ponto 6 da resposta do Governo diz: «O Governo pretende informar prontamente a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a conclusão de cada processo de revisão no momento em que o mesmo se verifique.»

Obviamente, que, tendo 20 parcerias em renegociação, este processo não irá ser concluído todo de uma só vez, porque são vários os intervenientes. Por isso, julgo que, desse ponto de vista, estamos a antecipar problemas.

Quanto à metodologia, acho que devemos começar pela avaliação das parecerias que não estão em renegociação e depois, há medida que, eventualmente, o Governo nos dê informações, as outras, sendo certo que, efetivamente, os trabalhos da Comissão não podem estar paralisados por eventuais renegociações que possam surgir. De qualquer forma, acho que o bom senso manda que, neste momento, comecemos por estas cinco. Entretanto, com o decorrer dos trabalhos, vamos ter mais informações

relativamente às renegociações — e de certeza absoluta que não vão aparecer as 20 em cima da mesa ao mesmo tempo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Penso que o Governo não pode ser suspeito de ter qualquer interesse em obstaculizar os trabalhos desta Comissão. Pode haver muita gente interessada, mas seguramente que não o Governo. E, se diz que está a negociar, é porque está a negociar, a tentar defender o interesse público. Portanto, em primeiro lugar, não acredito.

Agora, é verdade que deveremos fazer um esforço adicional em relação a esta resposta, no sentido de procurar clarificar um pouco melhor alguns *timings*, porque, efetivamente, dizer-se que, até ao final dos trabalhos da Comissão, as renegociações estarão todas concluídas é um pouco vago e, diria mesmo, um pouco inquietante.

Por isso, o PSD mantém a proposta, porque é um sinal claro para toda a gente de que esta Comissão não quer parar, quer avançar e, concretamente, pegar naquilo que já temos em cima da mesa, ou seja, começar com as ferroviárias e passar às duas rodoviárias. Já temos aqui matéria para os próximos meses. O verão está a aproximar-se e ainda temos 10 audições para fazer dentro da primeira fase, portanto, haverá, seguramente, tempo para que o Governo entretanto disponibilize mais concessões cujas renegociações tenham chegado ao fim.

Queremos dar este sinal claro, até para o exterior, para que todos saibam que a Comissão quer continuar e não vai prescindir de continuar os seus trabalhos.



Está aqui uma proposta concreta, devemos votá-la hoje. Ao mesmo tempo, proponho que seja feito um novo ofício a pedir uma clarificação, uma maior precisão, dentro da cronologia do fim das renegociações.

O Sr. **Presidente**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — A proposta? Não. Refiro-me, concretamente, ao ponto em que se diz que o Governo pretende concluir a revisão dos contratos mencionados dentro do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar. Ora, isto é...

O Sr. **Presidente**: — Sim, mas isso não é objeto de deliberação da nossa parte. Nós tomamos conhecimento da comunicação do Governo.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Não. A proposta é no sentido de se fazer uma nova carta ao Governo a solicitar que haja uma clarificação, precisamente, deste calendário de renegociações. É só isso.

Ou seja, acho que não devemos ficar totalmente satisfeitos com a resposta que obtivemos e devemos aprofundar essa clarificação, sem prejuízo de começarmos já a andar, no concreto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Seabra.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, com estas intervenções, sou quase tentado a concluir que, muito provavelmente, temos de pedir ao Plenário, ou seja, à Assembleia da República, que reenquadre o âmbito dos trabalhos desta Comissão. É que o objeto desta

Comissão é a avaliação do impacto de todas as PPP, mas pelos vistos agora é a avaliação do impacto de todas as PPP menos as que estão a ser negociadas, porque, se não forem negociadas no tempo útil da Comissão, não serão analisadas.

O Sr. Presidente, há pouco, dizia que a banda nos distraia, mas acho que são os *fait-divers* do PSD que permanentemente nos distraem.

Como é possível que PPP que já foram renegociadas várias vezes — e temos o caso concreto da Lusoponte — não possam ser apreciadas aqui no estádio em que estão? É por estarem a ser renegociadas que deixam de poder ser apreciadas? Isto faz algum sentido? Então, se for possível prever que vai haver uma negociação no último mês de funcionamento desta Comissão de uma outra qualquer PPP, ela é retirada do âmbito da Comissão de Inquérito e, nessa sequência, não pode ser apreciada? Não faz sentido nenhum!

Aliás, até gostava de dizer mais: o que fazia aqui algum sentido era que analisássemos cronologicamente, independentemente dos processos de renegociação que estão em curso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, muito sinteticamente, gostaria de dizer que a nossa preocupação ao ter suscitado este debate era, efetivamente, um pedido de clarificação junto do Governo.

Tomamos como boa a sugestão que foi dada de pedir uma precisão ao Governo sobre o que é esta terminologia de «até ao final do mandato nós vamos dizer-vos alguma coisa».

Concordamos — e não queremos parar os trabalhos da Comissão — que podemos perfeitamente começar pelas ferroviárias e as outras duas, não obstamos nada a isso. Mas achamos que, juntamente com esse início de trabalhos, se deve pedir ao Governo esta clarificação para podermos enquadrar todo o nosso trabalho logo a seguir.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, por aproximações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, acho que as aproximações são maiores do que parece. Não sei se é evidente ou não, mas parece-me que, no essencial, as propostas dos Srs. Deputados vão no mesmo sentido de solicitar a clarificação ao Governo sobre a tal previsão e o tal ponto de situação relativamente à cronologia dos processos negociais.

Desse ponto de vista, naturalmente, eu não acredito que haja divergências ou discordâncias relativamente a essa questão, porque pareceu-me que o Deputado Rui Paulo Figueiredo defendia, há poucos minutos, essa mesma possibilidade, ou seja, a necessidade de se solicitar essa clarificação ao Governo.

De qualquer forma, quero salientar a necessidade de não deixarmos condicionar o andamento dos trabalhos desta Comissão quer por circunstâncias de inquéritos externos, de que há pouco se abordou a evolução nesta Comissão, quer por razão de processos de revisão ou de renegociação por parte do Governo.

Portanto, neste momento, julgo que estamos em condições de fazer duas coisas. Por um lado, solicitar essa clarificação ao Governo, no pressuposto de que o Governo nunca poderá invocar ou alegar qualquer

condicionamento por parte da Assembleia na condução dos processos de renegociação — era só o que mais faltava! Quando há processos de negociação condicionados externamente, pode haver essa alegação; aqui, não acredito que haja! Portanto, a argumentação e a resposta do Governo à Assembleia de que «vamos dizendo qualquer coisinha, à medida que as coisas aconteçam» não me parece aceitável, como já disse há pouco.

Independentemente disso, a organização dos trabalhos desta Comissão terá de seguir algum critério, e tenho alguma dificuldade em acreditar que passe pela cabeça de alguém que o critério seja começar pela parte que tenha menos informação e menos documentação.

Coisa diferente é o que tem a ver com as etapas iniciais de cada PPP, porque sobre isso a documentação é abundante. Não vamos começar a história pelo final, e o final será, neste momento, a tal revisão e renegociação que exista em relação aos vários contratos. Nesse caso, não é preciso ir à procura do que está menos estabilizado, porque isso seria inútil.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, ver que aproximações é possível fazer.

Primeira: iremos comunicar ao Governo que consideramos a resposta vaga relativamente aos prazos de conclusão e solicitar ao Governo que possa ser mais preciso no que se refere às previsões quanto à conclusão dos respetivos processos de renegociação, para podermos ponderar a organização dos nossos trabalhos. Este é um ponto.

Agora, acrescento que é evidente que a Comissão não pode ser confrontada com uma situação em que no momento em que já não tivesse tempo útil para funcionar é que chegam conclusões de processos. Não vamos presumir que isso vá acontecer, mas em todo o caso esta Comissão, se chegar a um momento dos seus trabalhos e verificar que o seu objeto

pode ser posto em causa por ausência de informação, tem sempre a possibilidade legal de pedir ao Plenário que o prazo seja susinado e os trabalhos interrompidos até que a informação necessária chegue. Não estamos, contudo, nessa fase.

Assumindo que vamos fazer esta diligência junto do Governo, depois temos de nos entender sobre a organização dos nossos trabalhos relativamente aos passos seguintes que seja preciso dar, uma vez que para os tempos mais próximos já estamos entendidos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Seabra.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, queria fazer só uma precisão: nós só vamos deliberar pedir ao Governo que esclareça concretamente este ponto. É só sobre isso que vamos deliberar?

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Fiz uma proposta!

O Sr. **Presidente**: — Mas, Sr. Deputado Mendes Bota, não percebi muito bem qual é a proposta. Propõe que comecemos pelas parcerias ferroviárias? É isso? Temos de nos entender.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, gostava de deixar aqui sublinhado que esta proposta do PSD claramente desvirtua o âmbito do que está deliberado na resolução da Assembleia da República que nos mandou e que está publicada.

Se, por hipótese académica — e ela tem sempre de se colocar —, qualquer destes processos de renegociação exceder o prazo que está atribuído para os trabalhos da Comissão de Inquérito, não podemos sindicar essa parceria público-privada. É isso que nós estamos a deliberar.

Portanto, estamos com uma proposta oral, aqui, em cima do acontecimento, a pôr em causa a deliberação da própria Assembleia da República. Queria dar nota disto, porque muito claramente é o que está em causa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, queria fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Manuel Seabra, só para me situar na proposta e no espírito da metodologia que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata estão, pelos vistos, a defender nesta discussão.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Não! Eu estou a defender o contrário!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Julgo que o PSD defendeu a solução de começarmos, em termos de análise, pelas PPP ferroviárias e, depois dessas, pelas PPP rodoviárias que não estão em negociação.

O PS, agora em aparte, o Sr. Deputado Manuel Seabra diz que defendem o contrário. Ora, o contrário é começar pelas que estão em renegociação? Querem começar por onde, por favor?

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, deixe o Sr. Deputado Manuel Seabra responder, porque a pergunta foi-lhe dirigida. Se não pretende responder, eu dou-lhe a palavra.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — É só uma precisão, se me permite.

O Sr. **Presidente**: — Por mim, permito.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — O Deputado Bruno Dias não acompanhou, na altura, os nossos trabalhos e nas reuniões da Mesa e coordenadores já tínhamos um entendimento pela cronologia. Depois é que entendemos que, eventualmente, poderia ser excecionado da cronologia consoante a resposta do Governo.

Nós consideramos que deturpa o âmbito da resolução da Assembleia aquilo que é a proposta do PSD neste momento, face ao que nós consideramos que é uma não resposta por parte do Governo.

Quando muito — e foi o sentido e o espírito quer da minha intervenção quer da intervenção do Deputado Manuel Seabra — nós poderemos excecionar algumas parcerias público-privadas do consenso a que já tínhamos chegado sobre a cronologia mediante uma resposta concreta do Governo, que não foi o que aqui tivemos.

Por isso e porque tenho aqui algumas intervenções de membros do Governo publicadas na imprensa em que já colocam tudo em cima da mesa é que acompanhámos a primeira sugestão feita pelo Bloco de Esquerda no sentido de pedir ao Governo que faça uma clarificação. Portanto, não vejo em que é que o prosseguimento dos nossos trabalhos, no âmbito cronológico, possa prejudicar isso. Não sei que razão pode surgir para que, por exemplo, não possamos começar a trabalhar e a analisar parcerias que têm vindo a ser contratualizadas e renegociadas desde 1992, 1993, 1994, 1995, 1996 — a não ser que estejam a ser feitos negócios semelhantes aos três negócios «assassinos» da Lusoponte.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, quero pensar que estamos todos de boa fé para atingir os bons trabalhos desta Comissão e, assim sendo, tomo como legítimas as preocupações que estão em cima da mesa. Vou tentar, então, responder a essas mesmas preocupações.

O problema de nós podermos estar a desvirtuar o que foi a resolução da Assembleia da República só aconteceria se, no final dos trabalhos desta Comissão, chegássemos a um ponto em que alguma das parcerias público-privadas de alguma forma não tivesse sido avaliada. Penso que nenhum de nós quer chegar a essa situação. Por isso, não é disso que estamos a falar.

A nossa preocupação é arranjar um método para atingir o objetivo. Para atingir o objetivo penso que um bom método será avaliarmos cada parceria público-privada do início ao fim. Por isso, aceito a sugestão feita pelo PSD — parece-me sensata— de podermos começar por aquelas de que já temos todo o histórico, desde a atualidade até ao que foi o seu início, e assim podemos começar pelas ferroviárias, tendo sempre em mente que nunca poderemos chegar ao fim da Comissão de Inquérito sem avaliar todas as parcerias públicas-privadas.

Penso que esse é o legítimo interesse de todos os grupos parlamentares.

Assim sendo, o que aqui estamos a definir é uma primeira abordagem: como é que vamos começar? E, volto a dizer, que me parece sensata a abordagem, apoiamos essa sequência, sendo que não nos passa pela cabeça deixarmos, em algum momento... Mesmo que, no limite, cheguemos perto do fim dos trabalhos da Comissão e o Governo ainda não



nos tenha dado o OK sobre o fim de todos os processos de renegociação. Se isso acontecer, também seremos os primeiros a dizer que o Governo não cumpriu aquilo que seria expetável, não chegou ao fim dos processos de renegociação em tempo útil para esta Comissão.

Por isso, não podemos deixar de investigar aquela que esteja a ser renegociada pelo atraso do Governo. Não pode ser o atraso do Governo imputável para a perda de trabalho desta Comissão. Mas também concordo que, ao longo do tempo, podemos ir reavaliando, sendo que já demos um primeiro passo nesta postura para com o Governo dizendo que queremos uma clarificação face ao que foi dito na primeira e única resposta que nos deu até agora.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — O Partido Socialista agarra-se a todas as desculpas e expedientes para tentar evitar que, no fundo, esta Comissão procure concretizar, na totalidade, aquilo que foi o mandato que recebeu.

Numa fase muito inicial dos nossos trabalhos, penso que numa reunião da Mesa e coordenadores, eu próprio disse que seria desejável e um critério possível de avaliação das PPP seguir a cronologia. E mantenho-o. Mas o problema é que, nessa altura, não tínhamos a ideia nem sequer estava em cima da mesa... É preciso também dizer que quem define a metodologia desta Comissão é a própria Comissão na sua reunião plenária, não são as discussões que temos na reunião da Mesa e coordenadores, que podem ser preparatórias. Como estava a dizer, na altura em que falámos, porventura logo na primeira reunião da Mesa e coordenadores, não tínhamos a ideia do número de parcerias que estavam em negociação.

Lembro-me perfeitamente de, na altura, ter salvaguardado a possibilidade de haver parcerias em negociação que não fosse do interesse público que nós, desta forma tão aberta, pudéssemos estar aqui a ir ao âmago enquanto decorre um processo de negociação em que o Estado procura salvaguardar os seus interesses.

Ora, perante uma nova realidade, não vamos ficar amarrados à cronologia a 100%. Os senhores podem estar muito obcecados com a Lusoponte, porque terá sido a número um e os senhores querem que seja a número um a vir aqui. Mas o interesse público tem de se sobrepor ao vosso interesse particular. A Lusoponte vai ser aqui analisada e todos os responsáveis pela Lusoponte ou que intervieram nessa parceria serão aqui julgados politicamente. Não tenha ilusões! Não estamos aqui para cobrir ninguém, nem aqueles que têm a nossa bandeira em cima das costas.

Portanto, que fique claro que queremos dar sinais de que vamos avançar. E os sinais são: temos cinco parcerias que estão absolutamente disponíveis para as avaliarmos. Não sei qual é o problema de decidirmos desde já que vamos avançar por aí e de termos já definido um plano de trabalhos que, seguramente, ultrapassará o próprio verão, porque temos 12 audições na primeira fase mais as audições de 5 parcerias público-privadas. Agora, estarmos a adiar o problema porque queremos obter mais uma resposta do Governo, e o Governo poderá eventualmente não satisfazer o interesse de ter as datas precisas que os senhores querem, é estarmos a empurrar para a frente uma coisa que deve ser decidida já.

A nossa vontade é a de trabalhar e, ao contrário do que o Sr. Deputado Manuel Seabra aqui disse, queremos cumprir na totalidade o nosso mandato. Não queremos chegar ao final com qualquer parceria público-privada por escrutinar, porque, se isso acontecer, nós todos

falhámos, e não queremos falhar. O PSD fará tudo para que esta Comissão não falhe!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, parece-me que entrámos numa retórica e numa disputa de argumentos do ponto de vista político que não interessam para o caso. Julgo até que a comunicação social não estará aqui e por isso também não será muito relevante aquilo que aqui estão a debater.

Quanto à metodologia que se deve utilizar, parece-me razoável que comecemos pelas parcerias que não estão em renegociação.

Sobre aquilo que o Governo responde, há pouco foi dito que não permitimos que o Governo condicione a Comissão e também acho que não devemos condicionar o Governo. Nesse sentido, estar agora, eventualmente, a querer que o Governo precise em termos de datas as suas renegociações parece-me excessivo.

Temos um mandato e queremos cumprir o mandato que temos da Assembleia da República.

Parece-me que devemos começar por estas cinco concessões. Caso terminemos essa fase e ainda não tenhamos informação de qualquer das parcerias que estão em renegociação, porque em tese esta questão também se pode colocar, obviamente que vamos pegar nessas e vamos ter de as avaliar com os elementos que temos até à última renegociação das mesmas parcerias. Obviamente que não vamos poder fazer a análise da renegociação que está agora a ser feita, se ela ainda não foi concluída.

Por isso, em termos de metodologia, vamos começar com esta fase e terminada esta fase, se eventualmente ainda não tivermos nenhuma

resposta, imaginemos que por algum motivo se atrasa a renegociação do Governo com qualquer uma das concessionárias e que não nos tenham enviado a documentação, aquilo que temos de fazer é prosseguir os nossos trabalhos.

Nesse sentido, não me parece que haja aqui alguma vontade de querer inviabilizar estes processos. Há apenas uma metodologia, porque, se depois tivermos mais informação, nomeadamente informação da renegociação que está a decorrer neste momento, eventualmente também poderemos fazer essa avaliação. Se não tivermos essa informação, vamos fazer a avaliação dos elementos que temos até à data, não contando com a própria renegociação que está a ser feita. Parece-me que é de bom senso utilizarmos essa metodologia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Sampaio.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de dizer, nomeadamente ao Grupo Parlamentar do PSD, que, se é verdade a afirmação que fazem de que o PS está muito preocupado em trazer aqui em primeiro lugar a Lusoponte, o que eu verifico é exatamente que o PSD está obcecado pela ideia de trazer a Lusoponte à Comissão de Inquérito. Por isso, tenho a visão clara sobre esta matéria.

Em primeiro lugar, não consigo entender como é que acabámos de votar um requerimento ou de tomar conhecimento do documento do Sr. Procurador-Geral da República e não hesitámos em fazer prosseguir os trabalhos com um processo judicial em curso que envolve segredo de justiça e um conjunto de procedimentos muitíssimo complicados em que estão em causa pessoas e agora só porque há uma parceria público-privada

que está em renegociação, o que se pode prolongar por muito tempo, estamos preocupados em não ouvir e não tratar dela.

Quero dizer o seguinte: tínhamos assente na cronologia e acho que deve ser a cronologia. Acho que todos nós somos suficientemente responsáveis para tratar daquela matéria aqui, na Comissão, de forma a não prejudicar o interesse público e se calhar até podemos evitar que algumas renegociações sejam feitas se esta Comissão de Inquérito começar, exatamente, por essas parcerias público-privadas. É que se preparam, com algumas renegociações, para prejudicar o próprio interesse público e nós podemos aqui com a audição delas evitar que isso aconteça.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Seabra.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, apropriado integralmente a declaração do meu colega Renato Sampaio, que, aliás, esvazia quase plenamente a declaração que queria fazer.

A nota suplementar que queria deixar sublinhada é que o PSD, para além de estar muito claramente a desvirtuar a resolução da Assembleia da República, está também permanentemente a introduzir «cortinas de fumo», com o argumento que me parece absolutamente inaceitável de que é o Partido Socialista que está a introduzir «cortinas de fumo» e objeções ao funcionamento desta Comissão. O PSD passa a vida a introduzir grãos na engrenagem com a capa da acusação de que é o PS que as introduz.

É lamentável e é, de facto, um elemento de fortíssima perturbação do trabalho das comissões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Sr. Presidente, esta Comissão de Inquérito constitui-se nos termos precisos em que foi votada e não condicionada a qualquer renegociação. Agora, pela nova leitura que temos, temos uma Comissão de Inquérito condicionada a algo que é estranho ao seu nascimento. Quando constituímos a Comissão de Inquérito, constituímo-la para apreciar um conteúdo muito preciso: PPP rodoviárias e ferroviárias — não condicionado a nada.

Estamos aqui a discutir uma coisa muito simples: uma resposta do Governo, que, no mínimo, considero infeliz. E sei fazer a leitura política do que ela tem subjacente: o Governo quis mandar para cá um texto sem conteúdo. É uma tática que se utiliza para responder a requerimentos, para responder a outra coisa, que é escrever umas palavras para não dizer nada e para que se diga que se está a responder.

A resposta é infeliz e devíamos, desde já — e por isso estávamos de acordo —, se quiser em termos mais meigos, pedir para clarificar melhor ou, se quiser em termos mais duros, dizer «responda!», porque estamos numa Comissão de Inquérito que tem prazos, tem de continuar e tem um conteúdo. Portanto, o Governo que diga o que tem para nos dizer, mas não: «Aguardem porque as renegociações estão em andamento e à medida que renegociamos...». Nós temos de apreciar o que estiver. Se está, está; se não está, não está. Se estão a renegociar, levem um ano, levem dois, é uma tarefa do Executivo, é matéria que não tem a ver connosco.

Tínhamos um critério e continuamos a defender esse critério, o critério cronológico. Quem está, está; quem não está, não está. Se o Governo entende que quer adiar...

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Desculpe, o que estamos a sugerir e que, na altura,...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — A Mesa aceitou!

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — ... a Mesa aceitou, e o Sr. Deputado Mendes Bota já aqui reconheceu que também, na altura, aceitou este critério, mas veio dizer agora que, posteriormente, o Governo vem... O Governo não tem de condicionar a nossa Comissão de Inquérito.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Sr. Deputado, ouvi a intervenção do Sr. Deputado Mendes Bota dizendo: «Eu próprio sou defensor de uma análise cronológica das PPP.» Acrescentou que, mais tarde, face à resposta do Governo...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Fomos nós que as sugerimos, no sentido de saber...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Porquê?

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Porque as notícias da comunicação social...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, este diálogo não é audível.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Desculpe, eu não estava porque...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Da nossa parte, queremos avaliar as renegociações também.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Se está à espera de renegociações,...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — ... então, podemos dizer que também estamos à espera das renegociações do próximo Governo.

Quer dizer, temos um mandato e temos um prazo!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Claro!

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Agora, não posso entender que uma Comissão de Inquérito diga: «Estamos à espera das renegociações



para poder fazer...» Pode fazer-se outra Comissão de Inquérito. Está sempre disponível para poder ser feita. Agora, estarmos a condicionar o nosso calendário à dependência do Governo é que não nos parece correto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, estamos aqui em presença da criação, por parte do PSD, de uma «cortina de fumo» face a uma não resposta por parte do Governo. O Governo não responde e, portanto, assistimos a isso.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Deputado Emídio Guerreiro, nós não temos dúvidas nenhuma de que há um perfeito entendimento entre o PSD e o Bloco de Esquerda, desde o início, sobre esta matéria.

*Risos do PSD e do BE.*

É bom que fique claro. Sobre esta matéria, percebemos isso.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — O Sr. Deputado Emídio Guerreiro pode continuar com os apartes, mas eu vou continuar. Como costuma dizer, sabe bem fazer terrorismo quando não gosta daquilo que está a ouvir. Portanto, tem feito variadíssimos apartes sobre isso.

Nós percebemos bem que tem havido uma consonância na definição do objeto, na definição do conteúdo e, até, nas intervenções, mas não temos nada a ver com isso. Como dizia, e muito bem, o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares hoje de manhã, cada grupo parlamentar não se deixa condicionar pela atuação dos outros.

Contudo, entendemos que, de facto, estamos perante uma «cortina de fumo» para condicionar os trabalhos desta Comissão face a uma não resposta por parte do Governo. Também já estamos habituados, desde o início destes trabalhos — e não sei por que é que o PSD não apresenta já as conclusões —, a que a chave do Sr. Deputado Mendes Bota para todo e qualquer assunto seja «vamos votar». Já sabemos que existe uma maioria, já sabemos que o PSD impõe o relator, recusa grupo de trabalho, recusa relatórios parcelares, quer alterar o objeto da Comissão, quis impor a grelha, à revelia da tradição da Assembleia da República, e também já percebemos qual é o filme que o PSD vai fazer desde o início ao fim, mas assumam-no claramente.

Sobre esta matéria, se o PSD insistir em votar aqui, hoje, a alteração do que estava consensualizado, se insistir em votar aqui a alteração do nosso entendimento do objeto da resolução que cria esta Comissão, naturalmente que ponderaremos recorrer para o Plenário da Assembleia da República sobre esta deliberação.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Não é com essa chantagem que...  
*(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever o final da frase do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, é apenas e só para refutar o juízo político que foi referido anteriormente, porque me parece desfasado, por um lado, e até desapropriado, por outro. Dizer que o Bloco de Esquerda, pela sugestão que fez, se juntou ao PSD — aliás, já existia também a sugestão do PSD e do CDS —, até porque conseguimos com isso alargar o âmbito desta Comissão de Inquérito e introduzir as parcerias público-privadas da ferrovia, e que desta vontade de inquérito existe agora uma coligação negativa a que o Bloco de Esquerda se juntou contra o Partido Socialista é, no mínimo, abusivo.

Acho que quem nos estiver a ver em casa até consegue perceber claramente onde estamos do ponto de vista do debate. Por isso, quanto mais debatemos mais claro fica este processo.

Vou concluir, pedindo, para podermos terminar este debate com alguma consequência, que se possa, efetivamente, votar a sugestão. Há uma sugestão de método que será avaliada no final dos trabalhos desta Comissão, e a sugestão de método é que se possa começar pelas parcerias público-privadas da ferrovia. Parece-nos uma sugestão boa, que apoiaremos, e esperamos nesse começo dar um bom pontapé de saída para os trabalhos e que se rompa com estes debates mais burocráticos e menos de conteúdo.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Filipe Soares fez uma alusão a quem nos está a ver lá em casa. Nós não estamos a dar em direto, porque há uma audição com um membro do Governo na sala ao lado. Certamente iremos passar em diferido mais tarde, pelo que presumo que quem nos esteja a ver em casa deve sofrer de insónias nesta altura dos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, se não está com insónias, se calhar, vai passar a ficar, pelo espetáculo lamentável que estamos aqui a presenciar.

Isto não é um programa de televisão e também não é um torneio; é uma Comissão de Inquérito Parlamentar. Se, ao longo de praticamente uma hora, estamos aqui a tentar decidir o que fazer perante uma resposta do Governo, que não é resposta nenhuma, que diz «vão andando que a gente logo vos diz como isto está a correr», e se, ao fim de quase uma hora, chegamos à conclusão que temos de votar para decidir por onde começamos, e eu já ouvi falar quatro, cinco ou seis vezes em «cortinas de fumo», por isso, Srs. Deputados, abram as janelas!

Queria fazer aqui algum apelo à calma e ao bom senso dos Srs. Deputados, porque parece-me que é ridículo, ao fim deste tempo — e há quem tenha passado mais do que eu, que me juntei aos trabalhos mais recentemente —, chegarmos a este ponto e estarmos a votar para decidir por onde é que começamos, tendo em conta que, mesmo que começássemos por qualquer processo de contrato que estivesse em revisão ou renegociação, havia «pano para mangas» até chegarmos ao ponto da renegociação que estivesse agora a acontecer. É que, existindo um processo que para além do contrato inicial tenha uma, duas, três ou oito revisões,

com acordos globais pelo meio, até chegar à revisão atual, não se preocupem, Srs. Deputados, que há tempo para muita coisa. Agora, transformar até isso em «cortinas de fumo» acho que é ridículo.

Portanto, queria apelar a que os Srs. Deputados se entendessem, porque, do nosso ponto de vista... Aliás, está escrito preto no branco, portanto, da leitura da resolução da Assembleia não há nenhuma sequência para as PPP e para os contratos e, por isso, a metodologia de organização e de sequência é a Comissão de Inquérito que deve decidir. Não há uma sequência decidida pelo Plenário. A menos que haja alguma **ata** que eu não conheça, não me parece que haja uma deliberação da Comissão de Inquérito nesse sentido. Pelo que percebo — e confirma a indicação e conhecimento que eu tinha —, havia uma abordagem inicial, sem ter daí resultado numa deliberação da Comissão.

Não tenho dúvidas de que, para uma ou para outra sequência, há condições para trabalhar. Tenho, contudo, alguma dificuldade em compreender como é possível, até nesse aspeto, estarmos confrontados durante horas com a magna decisão de Estado de qual a PPP para onde olhamos primeiro.

Portanto, ou há algum bom senso e alguma calma do ponto de vista da argumentação e da metodologia da organização de trabalho ou, então, arriscamo-nos a que sejam 180 dias de inferno, Srs. Deputados, e, se calhar, com o pedido de adiamento, a outros 180 dias, porque não aparece a informação toda.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos ver se nos entendemos e concluimos este ponto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Sampaio.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, nos mesmos termos em que o Sr. Deputado Mendes Bota propôs que o Governo nos respondesse em 24 horas sobre quais as parcerias público-privadas que estavam em negociação, proponho que esta Comissão delibere, única e exclusivamente, solicitar ao Governo, no último parágrafo, que nos dê um prazo real e rigoroso sobre o *terminus* das renegociações das parcerias público-privadas individualmente — só e exclusivamente isso.

Estamos de acordo que isso seja feito e só depois podemos deliberar sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, nesse caso, tem de formalizar a proposta, porque já tínhamos chegado mais ou menos a um entendimento sobre os termos em que iríamos oficializar o Governo. Se há uma outra proposta, peço que seja formalizada e, se houver propostas formais para serem votadas, sê-lo-ão. É assim que se decide democraticamente.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, a proposta que estava em cima da mesa, que o Sr. Deputado Mendes Bota fez, era no sentido de se questionar o Governo sobre o ponto 6 da carta que nos enviou, ou seja, de precisar a data e o limite das negociações. Essa era a proposta que ele tinha. Depois, acrescentou a questão das parcerias público-privadas que devíamos ouvir já.

Assim, indo ao encontro do apelo do Sr. Deputado Bruno Dias e nos mesmos termos em que o Sr. Deputado Mendes Bota entendeu que era necessária a resposta inicial do Governo, proponho que o Governo nos dê essa resposta, e votamos só esse ponto, e, quanto à data das parcerias público-privadas, depois dessa resposta, poderemos analisar o problema.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, em todo o caso, dado que tudo o que é dito nesta Comissão é suscetível de interpretações diversas, seria muito cauteloso que aquilo que fosse deliberado fosse proposto por escrito para que não haja, amanhã, entendimentos diversos sobre o que aqui decidimos ou deixámos de decidir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostaria de relembrar os Srs. Deputados do pedido que foi feito ao Governo no dia 16 de maio. Nessa reunião, foi deliberado solicitar ao Governo, com a máxima urgência, informação sobre as parcerias, bem como sobre o objeto e âmbito da renegociação e indicação da data previsível da sua conclusão.

Julgo que na altura, quando se quis colocar esta pergunta ao Governo, provavelmente seria sem fundamento absolutamente algum e sem qualquer intenção objetiva daquilo que esta resposta pudesse vir a indiciar.

Como é lógico, o Governo responde a tudo aquilo que lhe é perguntado, menos à questão das datas. Estamos a falar de uma renegociação de 20 parcerias, que envolvem várias entidades e milhões de euros, e vamos pressionar o Governo, apresentar-lhe um requerimento no sentido de indicar à Comissão a data de conclusão de cada uma das renegociações das parcerias público-privadas?! Isto é completamente absurdo! É completamente absurdo estarmos a condicionar o Governo desta forma! O princípio que o CDS defende é que nem o Governo condiciona esta Comissão nem esta Comissão tem o direito de condicionar o Governo e a sua renegociação.

É muito simples: começamos pelas parcerias ferroviárias e pelas duas parcerias rodoviárias que não estão em negociação; quando chegarmos à conclusão dessa fase, se não houver nenhum avanço nas

negociações que o Governo está a fazer com as concessionárias, passamos a essas mesmas concessões. E não me parece que haja nenhum problema, porque também pretendemos que sejam avaliadas por esta Comissão as renegociações que estão a ser feitas neste momento pelo Governo. Se começarmos pelas concessões que estão agora a ser renegociadas, objetivamente, só vamos analisar o que está para trás e queremos que essas renegociações — porque não temos nada a esconder e porque o Governo, com certeza, não tem nada a esconder — também sejam alvo do inquérito parlamentar de que esta Comissão está mandatada pela Assembleia da República.

Por isso, parece uma questão de bom senso que, perante esta resposta, não temos de condicionar o Governo. O Governo fará como entender relativamente às renegociações e às datas que estão no seu *timing* com os seus parceiros nessa mesma negociação. Se, na altura, não houver mais informação adicional, vamos cingir-nos à avaliação do que está feito e não do que está a ser renegociado.

Sinceramente, apelo, como já aqui foi feito pelo Deputado Bruno Dias, à necessidade de um pouco de bom senso. Eu não sabia, mas parece que estas audições são todas filmadas e realmente espero que a maior parte das pessoas, quando estas reuniões passarem na televisão a altas horas da noite, esteja mesmo a dormir, porque sinto que esta Comissão e este tipo de argumentos já foram longe demais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, nós entendemos que a partir de um determinado ponto as discussões tornam-se estéreis, porque as posições dos diferentes grupos parlamentares são tão claras que estamos a



assistir apenas a uma repetição de argumentos que não adiantam nada em termos daquilo que é o fundamento de uma decisão que PSD requereu.

Gostaria de reafirmar que o PSD mantém a proposta concreta — e nada nos obriga a que tenha de ser por escrito, pode ser feita verbalmente —, no sentido de que, havendo possibilidades de esta Comissão desde já definir trabalhos concretos, existem neste momento cinco parcerias público-privadas que não têm condicionamento de espécie alguma e podem começar a ser avaliadas.

Portanto, mantemos esta proposta e requeremos ao Sr. Presidente que não prolongue para lá do domínio daquilo que é razoável uma discussão em que já está claro o posicionamento dos partidos. Portanto, ponha à votação!

O Sr. **Presidente**: — Vou pôr à votação. É que todos os Srs. Deputados apelam à rapidez, mas depois todos falam repetidamente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, vou ser muito rápido.

Queria apenas pedir ao PSD e ao PS que não coloquem, perante a Comissão de Inquérito, a necessidade de termos de deliberar neste momento sobre o início das audições que hão de ser realizadas daqui por não sei quantas semanas.

Acho que existe, apesar de tudo, alguma margem de manobra para organizarmos o nosso trabalho e não é necessário haver agora uma votação, que me parece pouco sensata, de qual será a primeira audição a seguir às audições genéricas que estão a acontecer.

Além do mais, estamos perante uma matéria em que o próprio requerimento de documentação e o próprio pedido de informações diversas não são prejudicados pelo andamento das negociações, desde que se

refiram a processos consolidados e a etapas consolidadas de processos, pelo que existe aqui alguma margem para trabalharmos.

Portanto, parece-me que é pouco sensato estarmos neste momento a ser confrontados com a exigência de uma deliberação que opte por uma ou por outra PPP, tendo em conta que até temos algum tempo para nos organizar relativamente à convocatória e à organização das audições. É que, se bem entendi, é de audições que estamos a falar nesta altura, é de audições que estamos a falar na Comissão de Inquérito, e há um conjunto de documentação que não tem de estar à espera para saber em que ordem de audições se realizará essa avaliação.

Para terminar, há um conjunto de documentos, há um conjunto de elementos concretos, há um conjunto de informações que podem ser pedidas em qualquer momento por qualquer grupo parlamentar, por qualquer Deputado da Comissão de Inquérito, mesmo que seja sobre uma PPP que esteja agora a ser renegociada, desde que seja documentação que exista, em relação, por exemplo, à primeira fase. Portanto, isto não nos deve condicionar nem deve ser prejudicado por qualquer sequência de trabalho.

Assim, sem prejuízo da possibilidade de nos prepararmos em relação a qualquer PPP, como temos necessidade de consultar a documentação que está a ser pedida, que há de ser pedida com certeza em abundância e profundidade, acho que é dispensável, na reunião em que estamos agora, estarmos a decidir a sequência das audições. Essa terá de ser uma decisão a tomar em breve, seguramente, mas não pode determinar que haja documentos que eu não possa pedir.

Desse ponto de vista, é aqui que concretizo melhor o apelo ao bem senso que estava a fazer há pouco: não somos obrigados a votar agora deliberações sobre quem é que vamos ouvir aqui primeiro. Podemos fazer o

ofício ao Governo do que aqui se falava, e parece que estamos de acordo com isso.

Sobre a metodologia e a organização, de forma inacreditável não há consenso nesta altura nem disponibilidade para tal, mas penso que é possível construir algum entendimento mínimo sobre isso, não sendo necessário estarmos a queimar etapas na preparação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, segundo percebo, há uma divergência a dirimir sobre os termos em que nos vamos dirigir ao Governo, porque há uma proposta que o PSD tinha feito e o Partido Socialista entende que não deve ser exatamente assim.

Pedia, então, que precisássemos exatamente o que vamos fazer, para que não se venha dizer que o ofício que foi enviado ao Governo não era este e devia ser outro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Sampaio.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — O Sr. Deputado Mendes Bota fez uma proposta que tinha dois pontos: solicitar ao Governo que precisasse o ponto 6 e votar aqui a sequência das audições.

Estou de acordo com o que diz o Sr. Deputado Bruno Dias no sentido de que devíamos, em primeiro lugar — e não é necessário tomarmos essa decisão agora —, fazer o pedido ao Governo nos termos em que o Sr. Deputado Mendes Bota o solicitou e que a votação da sequência das audições não seja uma deliberação tomada agora. Portanto, votamos só esse pedido. Depois, em função da informação que o Governo nos der, tomaremos a decisão quanto ao resto.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, então, estamos entendidos sobre um ponto: vai ser pedido ao Governo que precise em termos de datas o ponto 6.

Quanto ao resto, temos de nos entender. Há, de facto, uma proposta do PSD no sentido de que a Comissão inicie os seus trabalhos pelas parcerias ferroviárias e por duas parcerias rodoviárias que não estão em renegociação.

Pergunto se esta proposta é para pôr, ou não, à votação.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — O PSD é que sabe.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, não sei se o CDS nos acompanha, pelo menos até agora tem-nos acompanhado nesta questão, mas até há pouco o PCP estava também a acompanhar-nos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, senhor.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Gostava de saber se o Bloco de Esquerda, que nos estava a acompanhar, continua a fazê-lo.

A nossa convicção é muito simples: achamos que o tempo que hoje aqui despendemos com esta discussão, em que estamos no ponto em que estamos, daqui a 15 dias, muito provavelmente, gastaremos o dobro do tempo com o mesmo tipo de posicionamento.

Esta é a minha convicção, é a nossa convicção.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Experimente.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Estaremos a perder tempo.

Quero também dizer que não nos queremos colocar na posição de uma maioria que impõe a sua vontade aos trabalhos da Comissão. Obviamente que o poder do voto é um direito e deverá ser respeitado quando tiver de ser respeitado. Contudo, nesta matéria, atendendo às posições iniciais do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista, que eram confluentes com a nossa proposta, se elas deixam neste momento de o ser, não será connosco e nesses termos que se irá impor a vontade da maioria.

Portanto, gostaríamos que nos esclarecessem se a proposta de levar à votação a questão de começar o trabalho concreto com estas cinco parcerias público-privadas ferroviárias e as duas rodoviárias que não estão em renegociação merecerá, ou não, o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Comunista e do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, para responder de uma forma clara, direi que nós, na altura, há minutos, e agora, tínhamos e temos a perspectiva de que não deve ser da nossa parte colocada nenhuma objecção à proposta de começar pelas parcerias público-privadas relativamente às quais os processos estão todos consolidados e com a evolução concluída.

Portanto, aquilo que dissemos há pouco e que dizemos agora é isso, ou seja, que, pela nossa parte, com essa proposta, estamos disponíveis para o consenso que entendíamos ser possível atingir em relação a essa organização do trabalho da Comissão.

Entretanto, estamos perante uma situação em que, surpreendentemente, como dizia há pouco, há uma divergência e uma impossibilidade de atingir o consenso, pelo que não me parece desejável estarmos agora a fazer essa votação, na expectativa — que tinha e que acho

que ainda é possível ter — de que haja um entendimento relativamente a essa organização, não com as tais «cortinas de fumo» de que já ouvimos tanto falar esta tarde, mas no sentido de garantirmos a efetiva possibilidade de preparação, de informação à Comissão de Inquérito e a todos os seus Deputados, de carreamento de todos os documentos e elementos em relação a essas parcerias, às suas negociações, renegociações, aos contratos e respetivas alterações, e desse ponto de vista que seja fornecida a documentação pedida em relação às PPP ferroviárias, bem como às PPP rodoviárias, inclusive às que estejam em renegociação quando se tratar de elementos iniciais dos processos.

Portanto, em relação a isso, a nossa disponibilidade era, sim senhor, para começarmos pelas ferroviárias e é nesse sentido que estamos disponíveis para trabalhar.

Eu há pouco disse que era ridículo (peço desculpa pela expressão) estarmos confrontados com a necessidade de votarmos a audição que iremos fazer primeiro daqui a não sei quantas semanas, porque me pareceu estranho termos chegado a esse ponto.

Contudo, é como digo: temos realmente disponibilidade para as soluções que forem mais eficazes. Estamos naturalmente disponíveis para trabalhar, como sempre estivemos e continuaremos a estar nesta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Felipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, da nossa parte, reafirmo o que disse há pouco: não temos nenhum óbice, aceitamos como sensato o critério de começar pelas três ferroviárias e pelas duas rodoviárias

que têm o processo fechado, e achamos imperioso e essencial que da reunião de hoje saia o pedido de documentação ao Governo, não podemos adiar mais. Apesar de as audições serem daqui a três ou quatro semanas, queremos o pedido de documentação já.

Parece-me que o pior que há na política é a indefinição. Não tenho nada a obstar à democracia do voto e estamos dispostos a votar nesse sentido. É essa a clarificação que existe no espaço de debate que temos aqui.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, creio que há uma inclinação maioritária, mas temos de decidir se se vota ou não.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, é nesse sentido que o queria ajudar.

O Sr. **Presidente**: — Se ajudar, agradeço.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — As nossas intervenções foram claras e, portanto, nós votaremos contra. Mas vote-se. Queria apenas ajudar no sentido de não alongar os trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Então, será submetido à votação o início das nossas audições pelas concessões ferroviárias e por duas concessões rodoviárias que não estão neste momento em renegociação. É isso que se vai votar.

O Sr. Deputado Mendes Bota pediu a palavra?

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

Depois das intervenções clarificadoras a que assistimos agora por parte de todas as bancadas, queria reafirmar que o PSD mantém este pedido de voto. É bom precisar: estamos a falar das três ferroviárias, Metro Sul do Tejo, Fertagus e TGV Poceirão-Caia, e das duas rodoviárias, a concessão Oeste e a concessão Brisa.

Entendemos que uma decisão neste sentido irá permitir, desde já, pedir toda a documentação inerente a estas parcerias público-privadas, não haver perda de tempo, e definir as entidades que queremos ouvir. Esse é um trabalho que não é fácil e que leva tempo. Portanto, estamos a antecipar.

A nossa posição é a de manter a submissão ao voto desta proposta concreta.

O Sr. **Presidente**: — Antes da votação, o Sr. Deputado Renato Sampaio pediu para intervir. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Mendes Bota referiu a questão do Poceirão-Caia, em relação à qual julgo que está em curso o processo de renegociação das indemnizações que terão de levar a efeito por força de terem paralisado o TGV.

Penso que não devíamos fazer esse trabalho sem ouvir o Governo, no sentido de saber se essa parceria público-privada está completamente fechada ou em fase de negociação a indemnização que o Governo pretende dar ao consórcio pelo facto de ter paralisado o projeto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, na informação que o Governo nos deu não há nenhum elemento segundo o qual esta concessão esteja a ser objeto de qualquer negociação.



O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, queria apenas referir que a resposta do Governo é muito clara sobre as concessões que estão em renegociação, e não consta da lista da renegociação nenhuma das ferroviárias. Portanto, é muito clara, basta ler.

Aliás, a informação que temos é a de que existe um processo judicial que tem a ver com indemnizações. O Governo não está a renegociar rigorosamente nada sobre esta parceria público-privada.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, proceder à votação da proposta que foi agora enunciada pelo Sr. Deputado Mendes Bota relativamente às cinco parcerias público-privadas pelas quais iniciaremos os nossos trabalhos.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Sr. Presidente, só para precisar: estamos a votar os dois pontos da proposta do Sr. Deputado Mendes Bota ou só um? A proposta do PSD tinha dois pontos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, acho que sobre a primeira, no sentido de nos dirigirmos ao Governo para precisar o calendário do ponto 6, havia consenso.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Não sei se estamos a pedir apenas a calendarização das que faltam analisar, se estamos a pedir de todas. Que tipo de clarificação estamos a pedir? É para todas que estamos a votar?

O Sr. **Presidente**: — Creio que esse problema está resolvido.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Não, Sr. Presidente, essa questão não foi posta à votação.

O Sr. **Presidente**: — O primeiro ponto? Então, vamos colocar à votação.

O ponto 5 da informação que o Governo nos deu diz o seguinte: «O Governo pretende concluir a revisão dos contratos mencionados dentro do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização, Renegociação e Gestão de todas as PPP, sendo previsível que o processo de revisão dos contratos e das subconcessões EP seja concluído num primeiro momento.»

Assim, vamos votar o pedido ao Governo para que seja mais claro relativamente à previsão quanto à conclusão destas renegociações, para que possamos organizar os nossos trabalhos, ou seja, clarifique o conteúdo do ponto 5 da informação que nos deu.

*Submetido à votação, foi aprovado, com 10 votos a favor (5 do PSD, 3 do PS, 1 do PCP e 1 do BE) e 1 abstenção (do CDS-PP).*

Vamos, agora, proceder à votação da proposta feita há pouco pelo Sr. Deputado Mendes Bota, no sentido de que as nossas audições se iniciem pelas três parcerias público-privadas do setor ferroviário e pelas duas rodoviárias, Oeste e Brisa.

*Submetida à votação, foi aprovada, com 8 votos a favor (5 do PSD, 1 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do BE) e 3 votos contra (do PS).*

Srs. Deputados, vamos organizar todos os pedidos de documentação que foram feitos à Comissão para avançarmos com eles o mais rapidamente possível. Se houver alguma deliberação que seja necessário tomar, veremos se a tomamos na próxima reunião ou na reunião seguinte. Faremos isso o mais rapidamente.

Gostaria que passássemos agora em revista o nosso calendário próximo: vamos reunir amanhã, após o Plenário, previsivelmente cerca das 17 horas e 30 minutos, uma vez que o Plenário deverá acabar às 17 horas, para ouvir o Prof. Carlos Oliveira Cruz, Professor do Instituto Superior Técnico; no dia 5 de junho, próxima terça-feira, às 10 horas e 30 minutos, vamos ouvir o Dr. Vítor Almeida, Técnico do Ministério das Finanças; no final do Plenário do dia 6, quarta-feira, a audição será com o Dr. Augusto Lopes Cardoso, na qualidade de ex-membro do Grupo de Trabalho para a Reavaliação das Parcerias Público-Privadas e que foi Bastonário da Ordem dos Advogados. Nessa semana não haverá mais audições, porque dia 7 é feriado.

Depois, quanto à semana seguinte, creio que não temos ainda os nomes, mas, como não há trabalhos na quarta-feira, porque é o feriado de Lisboa, dia de Santo António, teremos uma audição na terça-feira de manhã, dia 12, e na quinta-feira, dia 14, após o Plenário. Portanto, teremos duas audições na semana seguinte e depois veremos se seguimos a ordem das audições que estão estabelecidas.

Srs. Deputados, não havendo mais nenhuma questão que queiram colocar, damos por encerrados os nossos trabalhos por hoje. Prosseguiremos amanhã, após o Plenário.

Está encerrada a reunião.

*Eram 19 horas e 35 minutos.*

---

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.